

PSICOLOGIA E AS DEMANDAS SOCIAIS DA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+:

Uma análise documental sobre processo formativo de profissionais da psicologia no Maranhão

Lorena Coutinho Lima¹

Universidade Federal do Maranhão

Carlos Wellington Soares Martins²

Universidade Federal do Maranhão

Resumo

Na história da Psicologia, observa-se uma mudança de panorama quando esta ciência e profissão passa a se comprometer com a realidade brasileira e as suas demandas sociais. Assim, o tema sobre a formação acadêmica em Psicologia e o entrelaçamento das demandas sociais da população LGBTQIAPN+ torna-se relevante, considerando o compromisso ético-político da profissão em um país que lidera o índice de assassinatos de pessoas LGBTQIAPN+ no mundo. Diante disso, alguns questionamentos se fazem presentes: em quais espaços e momentos do curso as diversidades sexual e de gênero são estudadas e discutidas? As demandas sociais da população LGBTQIAPN+ são fomentadas nos debates durante o processo formativo? O objetivo deste artigo foi identificar as lacunas e/ou ausências do debate sobre as demandas sociais da população LGBTQIAPN+ no processo formativo de profissionais da área da Psicologia no Maranhão por meio de pesquisa documental a partir dos Projetos Políticos Pedagógicos do curso de Psicologia da UFMA e da Universidade Ceuma utilizando-se análise de discurso foucaultiana. Percebe-se que, apesar de avanços encontrados sobre questões de gênero e sexualidade, não existe nenhuma menção à sigla “LGBT” de forma explícita nos documentos. Assim, as formações em psicologia imbricadas nas relações discursivas e de poder que disciplinam os corpos, contribuem para sustentar um sistema cisheteronormativo como regra para produção de conhecimento ao invisibilizar o debate acerca das minorias sexuais e de gênero. Pautar demandas da população LGBTQIAPN+ nas universidades contribui para uma prática profissional humanizada, ética e comprometida com o respeito à diversidade sexual e de gênero.

Palavras-chave

Psicologia; Formação profissional; LGBTQIAPN+.

¹ Mestre em Psicologia (UFMA). Email: lorena_coutinholima@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8128-4249>

² Doutor em Políticas Públicas (UFMA). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7307-2983>



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da licença *Creative Commons* Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos, desde que a obra original seja devidamente citada.



Introdução

Discutir as questões de sexualidade e identidade de gênero não é uma atividade simples, pois são debates plurais com tensionamentos e diferentes interpretações. Dessa maneira, apresentar tal discussão com o foco na formação profissional de profissionais da Psicologia suscita problematizar a área no sentido de compreender como estas questões são inseridas, ou não, pelas Instituições de Ensino Superior, mais precisamente na realidade do estado do Maranhão.

Além disso, considerando que a formação profissional tem como objetivo propiciar um conjunto amplo e diversificado de conhecimentos, habilidades, atitudes e procedimentos, buscando caracterizar a psicologia como ciência e profissão ligada à realidade social brasileira (Bock, 1999; Assunção; Silva, 2018), nota-se a importância de pensar criticamente sobre a formação de profissionais da Psicologia, tendo em vista a possibilidade de refletir também a atuação frente às demandas apresentadas pela sociedade, inclusive, pela população LGBTQIAPN+ – que será o foco desse manuscrito – enquanto pessoas de direitos.

Diante disso, alguns questionamentos ainda se fazem presentes ao se pensar no currículo de formação da pessoa profissional da Psicologia: em quais espaços e momentos do curso as diversidades sexual e de gênero são estudadas e discutidas? As demandas sociais da população LGBTQIAPN+ estão sendo pautas de debates no processo formativo desses profissionais?

Ressalta-se que este trabalho integra o desenvolvimento de uma pesquisa maior a nível de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Dessa maneira, o objetivo deste artigo foi identificar lacunas e/ou ausências do debate sobre demandas sociais da população LGBTQIAPN+ no processo formativo de profissionais da área da Psicologia no estado do Maranhão. E, para melhor compreensão, este artigo está dividido em seções de embasamento teórico, o método, os resultados e a discussão, bem como, as considerações finais.

História de luta e (re)existência

Os estudos de gênero vão surgir a partir dos movimentos feministas que objetivavam problematizar a hierarquia de gênero a qual as mulheres eram e

continuam sendo submetidas. Esses tensionamentos adentram o âmbito acadêmico e a categoria “gênero” ganha força na década de 1980 nas ciências humanas e sociais, tornando-se um marco importante para a produção de conhecimento (Costa; Gonçalves; Oliveira 2022).

A questão do gênero e da sexualidade foi e continua sendo permeada por tensões e disputas, principalmente devido à base patriarcal e machista da sociedade, que afetam de maneira danosa as relações sociais (Martins, 2022). Assim, o patriarcado, de acordo com Tiburi (2018), é um poder que cria raízes no sistema, em diferentes instâncias, e que estabelece uma organização social através da opressão.

Onde está a população LGBTQIAPN+ reivindicando as demandas sociais e na luta contra as violências sistêmicas e estruturais? Segundo Martins (2022) as demandas sociais deste coletivo são ecoadas a nível mundial, entretanto, isso não implica dizer que não há conflito quando tais assuntos são pautados. O autor supracitado afirma que a soma do tabu com a falta de representatividade, o fundamentalismo religioso e o conservadorismo na política resultam na interferência negativa do avanço da pauta ou tais demandas nem são discutidas.

Em junho de 1969 ocorreu um dos maiores marcos de luta política de pessoas pertencentes às minorias sexuais e de gênero, conhecido como revolta de Stonewall, na cidade estadunidense de Nova York. Lésbicas, gays, travestis, drag queens se uniram para lutar contra a opressão da polícia local, naquele momento, através da violência física e verbal, os policiais materializaram as relações de poder e a intolerância contra grupos marginalizados por sua diversidade sexual e de gênero (Carvalho, 2023).

Um caso que marcou a história da LGBTIfobia no Brasil, foi o assassinato do indígena chamado Tibira, da etnia dos Tupinambá, no estado do Maranhão. Tibira é considerada a primeira vítima de homofobia entre os anos de 1613 e 1614, ele foi amarrado na boca de um canhão e executado publicamente. Esse crime foi cometido pelos missionários franceses que o acusaram de “sodomia”, um pecado no entendimento do fundamentalismo religioso e da intolerância. Lembrar da história de Tibira é importante para não deixar o passado cair no esquecimento, mas também para se indignar com a atual situação de violência (Mott, 2011; Grupo Gay da Bahia; Grupo Gayvota; 2013; Baptista; Boita, 2023).

Ganham força no Brasil, a partir da década de 1970, apesar do período

ditatorial, as lutas ativistas pela diversidade sexual. Ao se falar das minorias sexuais e de gênero, é importante pontuar que não há homogeneidade nessa luta, existem tensionamentos ao longo da história. Pode-se destacar nessa luta o trabalho do jornal *Lampião da Esquina* (1978-1981), sendo o primeiro jornal de circulação nacional feito por pessoas homossexuais para pessoas homossexuais (Martins, 2022).

Trevisan (2018), expõe o momento emblemático que foi o 13 de junho de 1980, no qual militantes de várias organizações se reuniram na escadaria do Teatro Municipal de São Paulo protestando contra as “operações de limpeza” comandadas pelo delegado José Wilson Richetti, tais operações consistiam em prender e espancar travestis, homossexuais e prostitutas.

Em 19 de agosto de 1983, o boteco Ferro's Bar protagonizou o primeiro levante e ocupação lésbica do Brasil, que marcou a origem da data do Orgulho Lésbico. Esse episódio foi fruto de uma série de conflitos entre a polícia, a administração do Ferro's Bar e várias frequentadoras do local, que inclusive vendiam a revista do Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF), a *Chanacomchana* (Carvalho, 2023; Silveira, 2017).

Segundo Silveira (2017) o projeto de controle imposto pela ditadura também expressava um discurso com conjunto de valores, moralidades, concepções de gênero, sexualidade, família, nas quais as minorias sexuais e de gênero - que rompem com o discurso dominante - não se encaixavam, e, assim, foram submetidos a diferentes formas de violência pelo Estado devido a sua orientação sexual e identidade de gênero.

Outro grupo de grande importância na luta pela visibilidade das demandas sociais da população LGBT foi o Grupo Somos, a luta desse coletivo se estruturou no combate à discriminação advindas de diferentes esferas sociais e na reivindicação dos direitos civis e da cidadania. A partir da representatividade do Grupo Somos, surgiram outros grupos, que se destacaram na construção de debates e respostas à epidemia do HIV/AIDS (Martins, 2022).

Ao longo da história de luta do movimento social organizado, nota-se a existência de conquistas de direitos importantes para a comunidade LGBTQIAPN+, como por exemplo: a união estável, direito à adoção de crianças e adolescentes, liberação para doação de sangue, criminalização da LGBTfobia (Albernaz; Kauss, 2015; Souza; Coelho; Honorato, 2022; Juliani; Scopinho, 2020; Sousa; Mendes, 2021).

Apesar de mudanças no cenário social, jurídico e político, ainda se fazem presentes discursos condenatórios referentes à população LGBTQIAPN+, que buscam excluí-la da estrutura social. As noções de pecado, patologia, imoralidade, vergonha ainda são associadas a essas vidas (Ribeiro; Moraes; Kruger, 2019). As associações e a exclusão social sofridos por esse coletivo são formas de controle social sobre os corpos, de um poder normativo e disciplinador. O corpo é algo a ser dominado e submetido ao poder regulador do Estado, da Sociedade e Política (Foucault, 1999).

A relação da psicologia com as demandas sociais da população LGBTQIAPN+

Segundo Jacó-Vilela (2021) no início do século XX, os médicos utilizavam das teorias psicológicas europeias para embasar suas próprias perspectivas em relação aos temas de interesse, ademais, utilizavam testes psicológicos como suporte para os diagnósticos. Posteriormente, os testes psicológicos adentram o âmbito educacional, principalmente em relação aos temas de aprendizagem, inteligência, motivação e desenvolvimento.

Desde o governo de Getúlio Vargas, o Brasil vinha se transformando em um país urbano e industrializado. E, por ser um projeto político de mudança, o governo buscou apoio em diferentes áreas do conhecimento que apresentassem uma ferramenta para a solução de problemas sociais decorrentes da modernização. Nesse sentido, o atual cenário nacional demandava da psicologia instrumentos de apoio para selecionar os trabalhadores mais aptos para o trabalho (Bock *et al.*, 2022). Sob a influência dos Estados Unidos e da Europa, a Psicologia no Brasil passou por diferentes campos, como: médico, educacional, jurídico, até adquirir o seu espaço de atuação próprio (CFP, 2022).

É necessário reconhecer também, de acordo com Antunes (2001), que havia em desenvolvimento no país uma política higienista, espaço em que a Psicologia também se propagou, contribuindo para os processos de classificação e produção de diagnósticos psicopatológicos. A psicologia era exercida como atividade voltada à seleção, diferenciação e categorização das pessoas. Bock (1999) relata que os primeiros anos da profissão foram marcados principalmente por esse viés, baseados em uma perspectiva universal de pessoa que estava desvinculada da realidade social

do Brasil.

A trajetória da Psicologia tem seu início oficial em 27 de agosto de 1962, quando a profissão é oficialmente reconhecida pela Lei nº 4.119, no governo João Goulart, e se estabeleceu em meio à ditadura militar, que com o incentivo às instituições privadas criaram diversos cursos de Psicologia no país. Nessa época, houve uma propagação do conhecimento psicológico e acesso aos serviços pela elite brasileira (CFP, 2022).

Com o passar dos anos, começaram os questionamentos em relação ao modelo de atuação profissional. O Brasil foi sofrendo alterações em diferentes âmbitos, possibilitando o desenvolvimento de um novo projeto profissional para a Psicologia, o Projeto do Compromisso Social. A resistência à ditadura militar e a recusa da dominação do pensamento estadunidense na Psicologia, podem ser notadas a partir dos anos de 1970, se consolidando no processo de redemocratização do país e se ampliando nos anos 1990 (Santos, 2017).

O compromisso com uma perspectiva democrática na gestão da Psicologia possibilitou aos profissionais práticas comprometidas com a democracia e com a realidade brasileira. Porém, com o passar do tempo os desafios se renovaram (Bock *et al.*, 2022). De maneira mais recente, a disseminação do poder da extrema direita no mundo, apresenta o perigo de que a democracia não está garantida. Condições de desigualdade social e violação de direitos, a estrutura social racista, sexista, de intolerância religiosa, LGBTfóbica, demonstram que a perspectiva democrática não está firme nas relações sociais (Bock *et al.*, 2022). Ao contrário disso, o espaço das manifestações autoritárias e excludentes é crescente, principalmente, após a vitória de Trump nas eleições presidenciais dos Estados Unidos (EsQrever, 2024).

Segundo Bock *et al.* (2022) os caminhos para a construção de uma Psicologia crítica perpassam quase toda a história dessa ciência e profissão. Eles citam Ulisses Pernambucano e Helena Antipoff, como exemplos de estudiosos que expressavam o incômodo com as visões colonizadas e indicavam perspectivas críticas. Tais contribuições começaram a se expandir e valorizar os estudos que levavam em consideração a realidade social. Nesse sentido, Lane (1984, p.19) contribui afirmando que esse momento para a Psicologia: “[...] é a clareza de que não se pode conhecer qualquer comportamento humano isolando-o ou fragmentando-o, como se este existisse em si e por si”.

Assim, em 1990 se introduziu na psicologia a ideia de que a profissão tem um importante papel na defesa dos direitos humanos. E começa a se construir uma ciência e profissão mais vinculada a um projeto ético-político, conectando-se com as políticas públicas. Em agosto de 1997 criou-se a Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia, e, em 1998, as comissões dos Conselhos Regionais (Bock *et al.*, 2022; CFP, 2022).

Diante desse cenário, a psicologia começa a se posicionar de forma contrária às concepções patologizantes, na tentativa de “reverter” um histórico discriminatório em relação, por exemplo, às minorias sexuais e de gênero (Anzolin; Moscheta, 2019). Assim, ganham força posicionamentos anti-discriminatórios, conectados às pautas sociais, inclusive da população LGBTQIAPN+.

Exemplos disso, se deram através de normativas do Conselho Federal de Psicologia, como o Código de Ética da Psicologia, a consolidação da Resolução CFP 001/99, que estabelece normas para a atuação de profissionais de Psicologia junto às homossexualidades, entre elas a de que profissionais da psicologia, em suas práticas e manifestações, não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos e/ou indiquem a “cura” (CFP, 1999).

Outras normativas que orientaram a profissão frente as demandas da referida população foram aprovadas, como a Resolução CFP 01/2018 que determina e orienta que não favoreçam qualquer ação de preconceito contra pessoas trans e travestis (CFP, 2018); a Resolução CFP 08/2022 que estabelece normas de atuação em relação às bissexualidades e demais orientações não monossexuais, considerando a autodeterminação de cada pessoa (CFP, 2022); e, a mais recente Resolução CFP 16/2024 que estabelece diretrizes ao trabalho junto às pessoas intersexo, e o acompanhamento de familiares e responsáveis. A normativa do CFP impede qualquer ação que favoreça a patologização das pessoas intersexo (CFP, 2024).

Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs)

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de graduação em Psicologia foram publicadas pelo Ministério da Educação com o objetivo de definir os princípios, os fundamentos, as condições de oferta e os procedimentos para o planejamento, a implementação e a avaliação dos cursos de Psicologia no país

(Brasil, 2011).

Este conjunto de diretrizes para o curso de Psicologia foi aprovado em 2004 (Brasil, 2004), revisado em 2011 (Brasil, 2011) e em 2023 (Brasil, 2023), fazendo com que as instituições de formação em nível superior tivessem que implementá-las, com todas as adequações e modificações que este novo modelo requer dos currículos e das estruturas de curso.

Ressalta-se que a Resolução nº 1, de 11 de outubro de 2023 do Ministério da Educação é a mais recente, entretanto, os cursos de graduação em Psicologia deverão se adaptar no prazo de dois anos (ABEP, 2023; CFP, 2023). Dessa maneira, é a partir da Resolução nº 5, de 15 de março de 2011 que estão pautados os Projetos Políticos Pedagógicos de Curso das duas universidades em análise neste manuscrito e que estão disponíveis nos sites das Instituições de Ensino (IES).

Em 15 de março de 2011 foi instituída nova redação às Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia estabelecendo normas para a formação de professores de Psicologia (Brasil, 2011). Esta atualização teve como objetivo contemplar conteúdos referentes à formação docente em Psicologia que, a partir desta nova regulamentação, deve ocorrer em um projeto pedagógico complementar de Licenciatura. Entretanto, segundo Rudá, Coutinho e Almeida Filho (2019) as IES se mantiveram indiferentes às diretrizes de 2011, condição resultante, em parte, do processo de desvalorização das licenciaturas no país.

Vieira-Santos (2016) explica que para compreender as alterações que as DCNs de 2011 objetivaram para os processos de formação é importante observar os elementos que as compõem, como os eixos estruturantes, o núcleo comum, as competências e habilidades, as ênfases curriculares, os estágios supervisionados e o serviço de psicologia.

Considerando as questões expostas até o momento, e que a Psicologia, enquanto ciência e profissão, possui um compromisso social que se traduz na atuação do profissional para e na realidade brasileira, o debate sobre demandas sociais da população LGBTQIAPN+ no processo formativo de profissionais da área da Psicologia, pode permitir uma reflexão crítica acerca desse coletivo aliado historicamente da sociedade.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, quanto aos objetivos, a pesquisa é classificada como exploratória, pois conforme Gil (2017), o caráter exploratório da pesquisa possibilita a familiaridade com o problema de pesquisa, tornando-o explícito ou contribuindo para a construção de hipóteses. Além disso, possibilita um planejamento flexível, visto que, se considera os diversos aspectos relacionados ao fenômeno em questão.

Esta é uma pesquisa documental que, de acordo com Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 5) é: “[...] um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos”. Além disso, analisar documentos implica também questionar sobre a construção dos mesmos, os discursos que se apresentam e as relações de poder envolvidas em sua constituição (Lemos *et al.*, 2015).

Para a execução deste manuscrito foram utilizados os Projetos Políticos Pedagógicos de Curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão e da Universidade Ceuma dos anos de 2014 e 2018 respectivamente, sendo utilizados os termos: gênero, sexualidade, LGBT e diversidade, como estratégias de busca para tentar localizar alguma menção a essas categorias no texto, nas ementas e/ou nas disciplinas. Além disso, os dados foram analisados por meio de análise de discurso na perspectiva de Michel Foucault.

A finalidade central deste método consiste em analisar as condições históricas e sociais que possibilitaram o surgimento de determinados acontecimentos discursivos, fundamentando-se na perspectiva de Michel Foucault. Para o filósofo, o discurso é interpretado como um recurso regido por normas específicas de manifestação, apropriação e utilização que, por sua própria natureza, envolvem relações de poder e conflitos de ordem política (Foucault, 2012).

Foucault (2012) argumenta ainda que a análise das produções discursivas permite evidenciar a dissolução das conexões entre a linguagem e a realidade material, revelando um sistema de regras próprio da prática discursiva. Dessa forma, a existência, a circulação ou mesmo a proibição de determinados discursos na sociedade estão diretamente vinculadas às condições de poder que os sustentam.

Resultados e Discussões

A estrutura a ser apresentada, retrata a pesquisa documental realizada a partir dos Projetos Políticos Pedagógicos do Curso (PPCs) de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão (quadro 1) e da Universidade Ceuma (quadro 2), ressalta-se que a escolha das referidas universidades se dá tanto pelo longínquo tempo de existências dos cursos de Psicologia quanto pela possibilidade de um comparativo das formações em uma universidade pública e uma privada.

Ressalta-se que afirmar que as formações de Psicologia não promovam o debate das demandas sociais da população LGBTQIAPN+ somente com a pesquisa documental é insuficiente, pois atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão podem ser desenvolvidas nas disciplinas e/ou ações promovidas pelos cursos como seminários, palestras, rodas de conversa, entre outros. Seguem-se as discussões sobre a exposição dos dados a seguir.

Quadro 1 - Projeto Político Pedagógico do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	Elementos e forma de apresentação no PPC	Página encontrada	Nome da disciplina e/ou componente teórico	Transcrição do trecho encontrado
GÊNERO	Nenhuma menção encontrada	Nenhuma menção encontrada	Nenhuma menção encontrada	Nenhuma menção encontrada
SEXUALIDADE	Disciplina obrigatória	Pág. 61 - se repete na pág. 127	Fundamentos da Clínica Freudiana	[...] Elementos de uma teoria da prática, teoria dos sonhos e teoria da sexualidade . Principais conceitos, e as duas tópicas.
	Disciplinas optativas para a ênfase “processos clínicos e saúde”	Pág. 67 - se repete na pág. 164	Sujeito, Inconsciente e Cultura	[...] Atualidade do pensamento em Freud e Lacan. Teorias do sujeito, da sexualidade , do inconsciente, da identificação e da cultura.
LGBT	Nenhuma menção encontrada	Nenhuma menção encontrada	Nenhuma menção encontrada	Nenhuma menção encontrada

DIVERSIDADE	Curso de psicologia frente às tendências atuais da psicologia brasileira como ciência e profissão	Pág. 20	Texto que compõe seção	[...] Há também mudanças na parte técnica, com a procura de uma diversidade de recursos que podem extrapolar o campo da psicologia. A clientela, antes predominantemente de classe média e com poder aquisitivo, agora dá acesso a segmentos socialmente excluídos e a classes populares.
	Curso de psicologia da ufma: a região na qual se insere (Dados demográficos, econômicos, culturais e educacionais do Maranhão)	Pág. 23 (duas menções)	Texto que compõe seção	[...] numa área de transição com a Amazônia, que se manifesta numa grande diversidade de ecossistemas, constituindo um dos estados mais dinâmicos, mas também de maiores carências sociais do Brasil. O estado é considerado um dos membros da federação brasileira de maior potencial econômico, pela abundância e diversidade dos seus recursos naturais [...]
	Curso de psicologia da ufma: a região na qual se insere (Dados demográficos, econômicos, culturais e educacionais do Maranhão)	Pág. 24	Texto que compõe seção	Esses dois eixos expressam e consolidam uma relativa diversidade econômico-social interna, concentrando o dinamismo nas microrregiões sul e sudoeste [...]
	Princípios direcionadores do projeto político pedagógico do curso de psicologia da ufma (Ensino)	Pág. 30	Texto que compõe seção	[...] Além disso, há uma maior diversidade de locais e situações de trabalho. Os psicólogos têm procurado atuar de forma interdisciplinar em vários contextos. É na experiência bem sucedida do trabalho em equipe que se pretende inserir o aluno para que ele possa realmente vivenciar o trabalho

				interdisciplinar.
	Princípios direcionadores do projeto político pedagógico do curso de psicologia da ufma (Interdisciplinaridade)	Pág. 33	Texto que compõe seção	[...] É possível identificar pontos comuns na diversidade que marca as concepções e práticas interdisciplinares - o sentido de relação, a busca por caminhos novos na superação de problemas cotidianos, a ênfase no trabalho coletivo e na parceria e o respeito pelas diferenças [...]
	Princípios direcionadores do projeto político pedagógico do curso de psicologia da ufma (Interdisciplinaridade)	Pág. 33	Texto que compõe seção	A ênfase interdisciplinar favorece a relação entre diferentes conteúdos, contribuindo para a superação da fragmentação dos conhecimentos e a integração do trabalho em equipes multiprofissionais, com trocas de experiências e saberes numa postura de respeito à diversidade . [...]
	Perfil do egresso	Pág. 40 (duas menções)	Texto que compõe seção	Ele precisa, portanto, ter um perfil pluralista, com conhecimentos adequados das várias concepções teórico-metodológicas que partilham o campo psicológico, que o possibilite a reconhecer e a lidar com a irredutível diversidade de concepções. Para isso, ela precisa ser capaz de, a partir de uma visão crítica sobre essa

				diversidade , poder conduzir com discernimento a continuidade e aprofundamento de seus estudos em alguma(s) dessas concepções.
	Grupos de pesquisa do curso de psicologia	Pág. 43	Texto que compõe seção	Diversidade Cultural: Dilemas e Estratégias de Enfrentamento.
	Disciplinas optativas gerais (para as duas ênfases) – Ementas	Pág. 65 - se repete na pág. 149	Texto que compõe seção	Os exames psicológicos e suas diversidades de objetivos práticos nos contextos educacionais, organizacionais, judiciais, clínicos, hospitalares e sociais.
	Tópicos especiais de pesquisa qualitativa em psicologia (bibliografia básica)	Pág. 148	Texto que compõe seção	ZANELLA, A. <i>et al.</i> Diversidade e diálogo: reflexões sobre alguns métodos de pesquisa em psicologia. Interações, v. 12, n. 22, p. 11-38, 2006.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora tendo como documento de análise o Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia da UFMA (2014).

O PPC apresenta um cenário de invisibilidade, o termo "diversidade" é empregado exaustivamente, mas em sentidos geográficos, econômicos e demográficos, referindo-se aos ecossistemas e carências sociais do Maranhão. Quando o termo "sexualidade" aparece, está restrito à teoria psicanalítica freudiana e lacaniana, tratando-a como um conceito teórico-clínico. Há uma ausência dos termos "gênero" e "LGBT" em todo o documento, configurando um silenciamento que ignora as demandas deste coletivo.

Diante do que foi observado, quando a formação se direciona para a negação da existência da diversidade sexual de gênero no seu projeto pedagógico, está implícito o discurso que aponta para exclusão do debate acerca de um grupo específico da sociedade. Dessa maneira, a exclusão enfrentada no cotidiano das minorias sexuais e de gênero são reproduzidas nos contextos formativos no ensino superior.

A Psicologia enquanto ciência e profissão, os debates e os questionamentos de como está a formação desta categoria profissional foram tomando espaço. A formação em Psicologia é entendida como fundamental para a construção de um novo perfil profissional, pois justifica-se a possibilidade de preparação da pessoa profissional de Psicologia para realizar um trabalho comprometido com as demandas sociais e o uso de recursos teóricos e técnicos adequados para a realidade brasileira (Rechtman; Bock, 2019).

Sendo assim, é possível pensar que a universidade - compreendida enquanto instituição política e social, possui suas regras, valores, hierarquias e um corpo social - tem reproduzido opressões, violências, disciplinamentos e privilégios (Santos; Chauí, 2014). Além disso, pensar ainda a universidade como um espaço de transformação política e social, é ter consciência de que esse também é um local em que os grupos sociais são atravessados pelas relações de poder (Foucault, 1999; Ribeiro; Moraes; Kruger, 2019).

Nota-se que, a universidade sendo um recorte do campo social, as relações discursivas ali estabelecidas marcam os saberes de uma formação, nesse caso, da Psicologia. É importante compreender não somente o silenciamento das demandas sociais da população LGBTQIAPN+, mas também o que o espaço universitário pode possibilitar de resistência às imposições e padrões heterocisnormativos. Questiona-se assim: quem tem direito de falar na universidade? O que pode e não pode ser discutido nas formações?

Segundo Foucault (2014), a sociedade opera através de procedimentos de exclusão, dos quais a interdição é a forma mais evidente, estabelecendo que não existe o direito de se falar sobre tudo, em qualquer momento ou por qualquer pessoa. Esse controle discursivo manifesta-se em um conjunto de interdições que se sobrepõem para formar uma rede complexa de restrições ao que pode ser dito no meio social.

Retorna-se também à Butler (2024) para pensar como a formação em Psicologia, dentro de um compromisso social e ético-político, tem afetado o apagamento de determinadas pessoas. Em sua obra “Quem tem medo do gênero?” Butler aponta que identificar as minorias sexuais e de gênero como perigosas, como exemplo de algo destrutivo, sustenta a privação de seus direitos, enredando assim a ideologia antigênero no fascismo.

Dessa maneira, as necessidades e garantias dos direitos da população LGBTQIAPN+ são negados. A universidade se torna um lugar disciplinador e que nega a existência deste grupo social. Manter o apagamento e o silenciamento, torna-se dispositivo de manutenção da biopolítica que regula a vida e controla os corpos (Foucault, 2008; 2019). Ou seja, há uma contradição discursiva, pois compreende-se que a Psicologia, enquanto ciência e profissão, deve ter um posicionamento contrário às exclusões e formas de preconceito, o que está preconizado no Código de Ética Profissional (CFP, 2005) e em outras normativas da autarquia (CFP, 1999; 2018; 2022; 2024).

Portanto, considerando a realidade brasileira excludente e LGBTfóbica, criar espaços para discutir as demandas sociais da população LGBTQIAPN+ na formação de profissionais da Psicologia, torna-se fundamental para que essas existências possam ser reconhecidas, respeitadas e acessarem os serviços de Psicologia de maneira ética. Por fim, questionar as formações em Psicologia sobre as demandas do coletivo LGBTQIAPN+ é combater a LGBTfobia, e reconstruir os discursos que se constroem nos espaços institucionalizados, como o ambiente universitário.

Quadro 2 - Projeto Político Pedagógico do Curso de Psicologia da Universidade Ceuma

UNIVERSIDADE CEUMA	Elementos e forma de apresentação no PPC	Página encontrada	Nome da disciplina e/ou componente teórico	Transcrição do trecho encontrado
	Ementário e Bibliografia	Pág. 9	Comportamento e Sociedade	CARVALHO, Ana Paula Comin de <i>et al.</i> Desigualdades de Gênero , Raça e Etnia. Curitiba: Editora Intersaberes, 2012. (a referência é mencionada 3 vezes)

GÊNERO	Ementário e Bibliografia	Pág. 41 (duas menções)	Psicologia e Sexualidade Humana	A disciplina apresenta as principais discussões a respeito da identidade de gênero , orientação sexual e marcadores biológicos [...], além de discussões sobre as relações de gênero . Aborda também questões referentes aos comportamentos sexuais de risco, saúde sexual, vulnerabilidade e empoderamento [...].
	Ementário e Bibliografia	Pág. 42	Psicologia e Sexualidade Humana	CARVALHO, Ana Paula Comin de <i>et al.</i> Desigualdades de Gênero , Raça e Etnia. Curitiba: Editora Intersaberes, 2012.
	Ementário e Bibliografia	Pág. 50	Psicologia, Diversidade e Inclusão Social	CARVALHO, Ana Paula Comin de <i>et al.</i> Desigualdades de Gênero , Raça e Etnia. Curitiba: Editora Intersaberes, 2012.
	Estrutura Curricular	Pág. 6 - se repete na página 41	Texto que compõe seção	Psicologia e Sexualidade Humana
	Ementário e Bibliografia	Pág. 20	Psicologia do Desenvolvimento II	[...] Apresenta ainda as relações do indivíduo com a família, trabalho, grupo social, envolvendo aspectos concernentes às questões da moral, sexualidade , crises e conflitos [...]
	Ementário e Bibliografia	Pág. 22	Teorias do Inconsciente	FREUD, S. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Volume VII: Um caso de histeria, três ensaios sobre a sexualidade e outros trabalhos (1901-1905). Rio de Janeiro: Imago, 1996.
	Ementário e Bibliografia	Pág. 42	Psicologia e Sexualidade Humana	DIEHL, A. Sexualidade : do prazer ao sofrer. Rio de Janeiro: Roca, 2017.

SEXUALIDADE	Ementário e Bibliografia	Pág. 42	Psicologia e Sexualidade Humana	FOUCAULT, Michel. História da sexualidade v.1: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2015.
	Ementário e Bibliografia	Pág. 42	Psicologia e Sexualidade Humana	FOUCAULT, Michel. História da sexualidade v.2: O uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2015.
	Ementário e Bibliografia	Pág. 42	Psicologia e Sexualidade Humana	OLIVEIRA, Arlete Piccolo de. Sexualidade e educação infantil: uma visão histórica, teórica e cultural. São Paulo: Edição do autor, 2016.
	Ementário e Bibliografia	Pág. 42	Psicologia e Sexualidade Humana	FOUCAULT, Michel. História da sexualidade v.3: o cuidado de si. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2015.
LGBT	Nenhuma menção encontrada	Nenhuma menção encontrada	Nenhuma menção encontrada	Nenhuma menção encontrada
DIVERSIDADE	Estrutura Curricular	Pág. 6 (se repete na página 7 e 50)	Texto que compõe seção	Psicologia, diversidade e inclusão social.
	Ementário e Bibliografia	Pág. 32	Psicologia, necessidades especiais e educação especial	CRAVEIRO, C. B. A. Diretrizes curriculares nacionais para a educação básica: diversidade e inclusão. Brasília: MEC, 2013.
	Ementário e Bibliografia	Pág. 42	Psicologia e Sexualidade Humana	FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, Glauber Salomão. Direito à Diversidade . São Paulo: Atlas, 2015.
	Ementário e Bibliografia	Pág. 50	Psicologia, diversidade e inclusão social	A disciplina contempla o conceito, bem como o estudo da diversidade social, inclusão social, políticas de saúde para minorias, etnocentralidade,

				identidade e educação inclusiva, nos diversos campos e contextos de atuação: clínico, educacional, social, laboral, entre outros.
--	--	--	--	---

Fonte: Elaborado pela pesquisadora tendo como documento de análise o Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia do CEUMA (2018).

Constata-se no PPC da Universidade Ceuma que também não há menções em relação à sigla LGBT. O PPC demonstra avanços significativos ao incluir a disciplina "Psicologia e Sexualidade Humana". Sua ementa menciona explicitamente "identidade de gênero", "orientação sexual". Um diferencial relevante é a inclusão do livro *"Homossexualidade e Família"*, de Felix Lopez Sanchez, nas referências, além de obras fundamentais de Foucault sobre a história da sexualidade.

A palavra "diversidade" está representada em diferentes contextos, sem expressar de forma explícita sobre diversidade sexual e de gênero. A disciplina "Psicologia, diversidade e inclusão social" descreve em sua ementa a acerca das "políticas de saúde para minorias", na página 50 do referido documento. Porém, de quais minorias se discute?

A exclusão da sigla "LGBT" e a ausência de debates estruturados sobre gênero nos currículos atuam como uma interdição discursiva (Foucault, 2014). Ao não nomear essas populações, a universidade exerce uma forma de violência institucional, pois define quais vidas são dignas de estudo e cuidado. Esse silenciamento produz uma omissão: ao se formar sem o embasamento necessário, a pessoa profissional torna-se tecnicamente inapto para lidar com as especificidades desse coletivo, reproduzindo preconceitos sob a falácia da neutralidade.

A falta de uma bibliografia que abarque a pluralidade da população LGBTQIAPN+ e que rompa com os padrões da cisheteronormatividade, corrobora com a pesquisa de Silva (2020) quando a autora afirma a necessidade de maiores investigações pela ciência psicológica a respeito das demandas sociais e visibilidade do coletivo LGBTQIAPN+. Por exemplo: debates voltados na interface entre a psicologia e as políticas públicas, os direitos humanos, a educação, à saúde mental, podem ser expostos na formação da pessoa profissional da Psicologia para reforçar o compromisso social atrelada à realidade brasileira.

É necessário ter atenção aos discursos que a universidade possui como poder disciplinador de corpos. Há intencionalidade nos currículos dos cursos de graduação, na normatização de um padrão social, ou seja, cisheteronormativo, com pensamento binário, sendo construído historicamente e naturalizado como norma (Foucault, 2014; 2019; Martins; Silva, 2022). Nesse sentido, quem transgredir a norma deve ser disciplinado. Qualquer pessoa que não se identifique pertencente às existências padronizadas socialmente é ser passível de sofrer violência, discriminação, exclusão social também no contexto formativo (Foucault, 1972; Ribeiro; Moraes; Kruger, 2019).

É notório alguns avanços do debate a partir do Projeto Político Pedagógico da Universidade Ceuma. De acordo com Mizael, Gomes e Marola (2019), a Psicologia que objetiva promover “o respeito à dignidade e integridade do ser humano” (Brasil, 1992, p. 1), deve acompanhar e se posicionar perante as discussões acerca das minorias sexuais e de gênero, uma vez que profissionais dessa área atuam em diferentes campos e seus saberes têm implicações no cuidado da saúde mental da população LGBTQIAPN+.

Dessa forma, diante do que foi apresentado pelo projeto da universidade CEUMA, apesar de alguns avanços serem pontuados, percebe-se ainda lacunas no fomento a um debate explícito acerca da população LGBTQIAPN+, as especificidades e intersecções do cuidado em saúde mental, bem como, referências bibliográficas mais atualizadas.

Considerações Finais

Este texto propõe apresentar uma discussão e reflexão sobre o debate, ou a ausência dele, acerca das demandas sociais da população LGBTQIAPN+ na formação de profissionais da área da Psicologia no estado do Maranhão. Para isso, foram apresentados aspectos importantes do processo histórico de lutas das minorias sexuais e de gênero. Foi apresentado também um panorama da Psicologia enquanto ciência e profissão no Brasil, regulamentada por princípios éticos baseados nos direitos humanos.

Apresentou-se a análise dos Projetos Políticos Pedagógicos do curso de Psicologia de duas Universidades do estado. Utilizou-se das obras de Michel Foucault

para contribuir nas análises sobre as relações discursivas e de poder, contribuindo para as reflexões acerca do processo formativo de profissionais da Psicologia.

Questionar o silenciamento nos PPCs é uma estratégia direta de combate à LGBTfobia institucionalizada. O compromisso social da Psicologia exige que a formação rompa com a lógica disciplinar que invisibiliza corpos não-normativos e passe a fomentar debates que reconheçam a diversidade como pilar da saúde mental. Não fomentar o debate sobre determinados grupos sociais é estar apoiando os discursos de uma sociedade LGBTfóbica, generificada, racializada e sexualizada, e normalizando um sistema que impõe a cisheteronormatividade como regra para se pensar a produção do conhecimento e a formação de profissionais da Psicologia.

Torna-se, portanto, relevante a existência do debate durante a fase de formação, não como resolutivo na eliminação da violência contra a população LGBTQIAPN+, mas como um movimento propulsor para uma prática profissional ética, comprometida com a realidade brasileira e com o respeito à diversidade sexual e de gênero. A universidade deve deixar de ser um dispositivo de apagamento para se tornar um espaço de cidadania.

Referências

ABEP. Associação Brasileira de Ensino de Psicologia. **Resolução Nº 8, De 7 de Maio de 2004**. Disponível em: <https://abepsi.org.br/dcn>. Acesso em: 04 mai. 2025.

ALBERNAZ, R. O.; KAUSS, B. S. Reconhecimento, igualdade complexa e luta por direitos à população LGBT através das decisões dos tribunais superiores no Brasil. **Revista de psicologia política**. São Paulo. v. 15, n. 34 (set./dez. 2015), p. 547-561, 2015.

ANTUNES, M. A. M. **A psicologia no Brasil**: Leitura histórica sobre sua constituição. 2001 Unimarco/Educ.

ASSUNÇÃO, M. M. S. de; SILVA, L. R. da. Formação em psicologia e diversidade sexual: Atravessamentos e reflexões sobre identidade de gênero e orientação sexual. **Pretextos-Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 3, n. 5, p. 392-410, 2018. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/15939/13033>. Acesso em: 14 jan. 2025

BAPTISTA, J. T.; BOITA, T. Por uma história *queerindígena*: uma retomada transespécie. In: QUINALHA, R; MAIOR, P. S. (orgs). **Novas fronteiras das histórias LGBTI+ no Brasil**. São Paulo: Elefante, 2023. p. 419-442.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Atribuições profissionais do psicólogo no Brasil**: Contribuição do Conselho Federal de Psicologia ao Ministério do Trabalho para integrar o catálogo brasileiro de ocupações. Brasília, DF, 1992.

BOCK, A. M. B. A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 4, p. 315-329, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/3kb7RpBydsW5QmGZxNGTwBQ/>. Acesso em: 14 jan. 2025.

BOCK, A. M. B. *et al.* O Compromisso Social da Psicologia e a Possibilidade de uma Profissão Abrangente. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, n. spe, p. e262989, 2022.

BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Superior. **Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia**. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Superior. **Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia**. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Superior. **Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia**. Brasília, 2023.

CARVALHO, F. V. Por cidades queer, por cartografias sapatonas: ensaio arqueológico sobre o Stonewall inn e o Ferro's bar como lugares de memória LGBTQIA+. **Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 219–248, 2023. DOI: 10.31239/vtg.v17i2.41532. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/vestigios/article/view/41532>. Acesso em: 5 fev. 2025.

CEUMA. Universidade CEUMA. **Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia**. São Luís, online, 2018. Disponível em: <https://www.extranet.ceuma.br/ceuma-wordpress/wp-content/uploads/2018/08/Psicologia-1.pdf>. Acesso em: 14 maio 2024.

COSTA, C.A; GONÇALVES, C. DOS S.; OLIVEIRA, V. F. DE. Somos muitos e somos diversos: Visibilidade das experiências lésbicas plurais. **Revista Periódicus**, v. 17, pág. 189–208, 2022.

CFP. Conselho Federal de Psicologia. 60 anos: seis décadas da Psicologia como profissão regulamentada no Brasil. **Revista Diálogos**, ano 18, n 13, 2022.

CFP. Conselho Federal de Psicologia. **MEC publica as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Psicologia**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/mec-publica-as-diretrizes-curriculares-nacionais-para-os-cursos-de-psicologia/>. Acesso em: 25 fev. 2025.

CFP. Conselho Federal de Psicologia. **Resolução CFP n. 1, de 22 de março de 1999**. 1999. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf. Acesso em: 4 maio 2024.



CFP. Conselho Federal de Psicologia. **Resolução CFP n. 1, de 29 de janeiro de 2018**. 2018. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01-2018.pdf>. Acesso em: 4 maio 2024.

CFP. Conselho Federal de Psicologia. **Resolução CFP n. 8, de 17 de maio de 2022**. 2022. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01-2018.pdf>. Acesso em: 4 maio 2024.

CFP. Conselho Federal de Psicologia. **Resolução nº 16, de 30 de agosto de 2024**. Disponível em: <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-16-2024-estabelece-normas-de-atuacao-para-a-categoria-profissional-em-relacao-as-pessoas-intersexo?origin=instituicao>. Acesso em: 25 de fev. 2025.

ESQREVER. O Retorno de Trump: O que está em risco para os Direitos LGBTQ+ e outras liberdades fundamentais nos EUA e no Mundo? Disponível em: <https://esqrever.com/2024/11/06/trump-risco-direitos-lgbtq-liberdades-fundamentais-eua-mundo/>. Acesso em: 12 fev. 2025.

FOUCAULT, M. **A Ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970; tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do Saber**; tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. **História da Loucura na Idade Clássica**. Tradução José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**: A vontade de saber. 8ª ed Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo, SP: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: Nascimento da Prisão; tradução Raquel Ramalhete. 20 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GRUPO GAY DA BAHIA; GRUPO GAYVOTA. **São Tibira do Maranhão**. São Luís: editora GGB, 2013.

JACÓ-VILELA, A. M. Trajetórias da Psicologia no Brasil: conciliações e resistências. **Memorandum: Memória e História em Psicologia**, [S. l.], v. 38, 2021. DOI: 10.35699/1676-1669.2021.36485. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/36485>. Acesso em: 12 fev. 2025.

JULIANI, R. P.; SCOPINHO, R. A. Os lugares do diferente no trabalho contemporâneo: trajetórias de pessoas LGBTs. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 65-78, 2020. DOI: 10.11606/issn.1981-0490.v23i1p65-78.

LEMOS, F. C. S., *et al.* Análise documental: algumas pistas de pesquisa em psicologia e história. **Psicologia em Estudo**, v. 20, n. 3, p. 461-469, 2015. DOI: 10.4025/psicol.estuda.20i3.27417. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/2871/287145646012/>.

MOTT, L. “A homossexualidade entre os índios do Novo Mundo antes da chegada do homem branco”. In: BRITO, I. *et al.* **Sexualidade e saúde indígenas**. Brasília: Paralelo 15, 2011. p. 83-94.

MARTINS, C. W. S. A cada LGBTI+ o seu livro? Identidade de gênero e sexualidade na biblioteconomia brasileira. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, Natal, v. 6, p. e 27728, 2022. DOI: <https://doi.org/10.21680/2447-0198.2022v6n0ID27728>.

MARTINS, C. W. S.; SILVA, M. M. da . “QUEERIZANDO” O ENSINO: ESTRANHAMENTOS ENTRE AS MINORIAS SEXUAIS E DE GÊNERO, A PERSPECTIVA QUEER E O PROCESSO FORMATIVO EM BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL. **PESQUISA EM FOCO**, [S. l.], v. 27, n. 2, 2022. DOI: 10.18817/pef.v27i2.3117. Disponível em: https://ppg.revistas.uema.br/index.php/PESQUISA_EM_FOCO/article/view/3117. Acesso em: 3 mar. 2025.

MIZAE, T. M.; GOMES, A. R.; MAROLA, P. P. Conhecimentos de estudantes de Psicologia sobre Normas de Atuação com Indivíduos LGBTs. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, p. e182761, 2019.

RECHTMAN, R.; BOCK, A. M. B. Formação do Psicólogo para a Realidade Brasileira: Identificando Recursos para Atuação Profissional. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 35, p. e3551, 2019.

RIBEIRO, C. J.; MORAES, C. de F.; KRUGER, N. R. M. A UNIVERSIDADE E OS CORPOS INVISIBILIZADOS: PARA SE PENSAR O CORPO LGBT. **Diversidade e Educação**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 357–372, 2020. DOI: 10.14295/de.v7i2.9305. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/9305>. Acesso em: 3 mar. 2025.

SANTOS, B. de S.; CHAUÍ, M. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

SANTOS, L. N. **O compromisso social da psicologia**: Um estudo sobre o desenvolvimento de um projeto crítico. (Tese de Doutorado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso em: 14 abr. 2024.

SILVA, L. R. da. **Psicologia e sexualidade**: uma análise da formação acadêmica a partir dos atravessamentos da (in)visibilidade de gênero e diversidade sexual nos currículos. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, 2020.

SILVEIRA, M. L. de A. **CAÇANDO PURPURINAS**. In: Acervo Bajubá. Disponível em: <https://acervobajuba.com.br/wp-content/uploads/2017/08/Texto-visibilidade-le%CC%81sbica-acervo-bajuba%CC%81.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2025.

SOUZA, D. C. De.; COELHO, I. M. HONORATO, E. J. S. Adoção por casais homossexuais: revisão integrativa. **Nova Perspectiva Sistêmica**, v. 31, n. 73, p. 74–92, 2022. DOI: 10.38034/nps.v31i73.682.

TIBURI, M. **Feminismo em comum**: para todas, todes e todos. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

TREVISAN, J. S. **Devassos no Paraíso**: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4 ed. Rio de Janeiro. Editora Objetiva, 2018.

UFMA. Universidade Federal do Maranhão. **Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia**. São Luís, online, 2014. Disponível em: <https://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/MGemD6J4YatwNtg.pdf>. Acesso em: 14 maio 2024.

PSYCHOLOGY AND THE SOCIAL DEMANDS OF THE LGBTQIAPN+ POPULATION:

A documentary analysis on the training process of psychology professionals in Maranhão

Abstract

In the history of Psychology, a shift in the landscape is observed as the science and profession commit to Brazilian reality and its social demands. Thus, the topic of academic training in Psychology and its intersection with the social demands of the LGBTQIAPN+ population becomes relevant, given the profession's ethical-political commitment in a country that leads the world in the murder rate of LGBTQIAPN+ individuals. In light of this, certain questions arise: in which spaces and stages of the degree program are sexual and gender diversity studied and discussed? Are the social demands of the LGBTQIAPN+ population fostered in debates during the training process? This article aimed to identify gaps and/or absences regarding the debate on the social demands of the LGBTQIAPN+ population in the training of Psychology professionals in Maranhão. This was achieved through documentary research analyzing the Political-Pedagogical Projects of the Psychology programs at UFMA and Ceuma University, employing Foucaultian discourse analysis. It was found that, despite advances regarding gender and sexuality issues, there is no explicit mention of the acronym "LGBT" in the documents. Consequently, psychology training programs—embedded in the discursive and power relations that discipline bodies—contribute to upholding a cis-heteronormative system as the standard for knowledge production by rendering the debate on sexual and gender minorities invisible. Addressing the demands of the LGBTQIAPN+ population within universities contributes to a professional practice that is humanized, ethical, and committed to respecting sexual and gender diversity.

Keywords

Psychology; Vocational training; LGBTQIAPN+.

Agradecimentos: Não se aplica.**Agência financiadora:** Não se aplica.

Contribuições das pessoas autoras: Lorena Coutinho Lima e Carlos Wellington S. Martins contribuíram com a escrita rascunho original; Lorena Coutinho Lima e Carlos Wellington S. Martins colaboraram na coleta e curadoria de dados; Lorena Coutinho Lima e Carlos Wellington S. Martins foram responsáveis pela análise de dados; Carlos Wellington S. Martins supervisionou todas as etapas do trabalho. As pessoas autoras manifestam concordância com a versão final apresentada para a publicação.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação: Não se aplica.

Conflito de interesses: Declaramos formalmente que não possuímos nenhum conflito de interesses. Garantimos a total ausência de vínculos financeiros, comerciais, políticos, acadêmicos ou pessoais com instituições, grupos ou indivíduos que possam influenciar, de forma parcial ou inadequada, a execução, os resultados ou a integridade científica deste trabalho. Declaramos ainda que mantivemos total autonomia e independência na coleta, análise e interpretação dos dados apresentados, bem como na redação final do texto.

Declaração de utilização de Inteligência Artificial: As pessoas autoras declararam que não utilizaram ferramenta de IA na análise crítica, na interpretação dos resultados, na formulação das conclusões ou na redação do manuscrito.

Pessoa autora correspondente: Lorena Coutinho Lima; Universidade Federal do Maranhão; lorena_coutinholima@hotmail.com; Rua hortelã, Coheb Sacavém – São Luís/MA.

Recebido em: 27/05/2025

Aceito em: 01/07/2026